

Projeto de Lei nº. 48/2023

e-dec = F 7 BC E 884-2
AO EXPEDIENTE
Em: 19/04/23SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

14 ABR 2023

Diogenes
Servidor(a) nome legívelEstado de Rondônia
Assembleia Legislativa

18 ABR 2023

Protocolo: 63/2023

Governo do Estado de
RONDÔNIA

Presidente

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 38, DE 13 DE ABRIL DE 2023.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação desta ínclita Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, e altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.294, de 6 de junho de 2018."

Senhores Deputados, o presente Projeto visa alterar dispositivos das supramencionadas Leis. No tocante a Lei nº 2.204, de 2018, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, e dá outras providências.", torna-se necessária alteração no § 3º do artigo 53, um vez que almeja-se incluir os Oficiais Aviadores no rol de militares que compõem o Quadro Complementar de Oficiais Bombeiro Militar - QCOBM.

Informo, que tal alteração será de grande valia para o Estado, uma vez que abrirá oportunidades para realização de mais operações e ofícios ligados às atribuições do Corpo de Bombeiros Militar, bem como aumentar a capacidade operacional em situações de apoio aéreo, ação de defesa civil e transporte de pacientes.

Somado a isso, explico aos Senhores que os Oficiais Aviadores fazem parte do Grupamento de Operações Aéreas - GOA, que é subordinado ao Comando de Operações Aéreas, conforme descrito no Decreto nº 22.960, de 28 de junho de 2018, que "Cria e ativa Órgão no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia."

Neste sentido, faz-se fundamental alteração na alínea "c" do inciso I e a revogação das alíneas "d" e "e" do inciso I e da alínea "b" do inciso I, ambos do Anexo Único da Lei nº 4.294, de 2018, que "Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO, e dá outras providências.", para adequação legislativa ocasionada pela alteração mencionada no § 3º do artigo 53 da Lei nº 2.204, de 2018.

Sendo assim, ocorrerá remanejamento das vagas constantes nos Quadros de Oficiais Capelão e Especialistas Músicos, bem como no Quadro de Praças Especialistas Músicos, que até o presente momento não encontram-se ocupadas, visto que em tempo algum fora realizado concurso para estes cargos/vagas. Portanto, pode-se afirmar que não haverá geração de custos para o Estado, pois as vagas não ocupadas estarão sendo destinadas para os Oficiais Aviadores que comporão o Quadro Complementar de Oficiais Bombeiro Militar - QCOBM.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 13/04/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



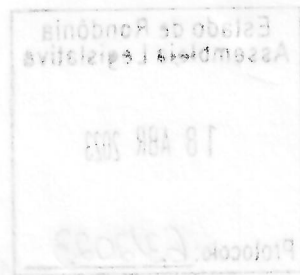
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.SEI), informando o código verificador **0029360528** e o código CRC **A2D15BA7**.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
PROTOCOLO GAB. PRESIDENCIA	
N. PROTOCOLO: _____	
Entrada: 14/04/2023	SEI nº 0029360528
Saída: _____	_____
M. A. L. L. M.	

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0004.070989/2022-01



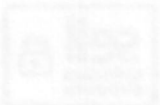
Protocolo nº 14/04/23



AO DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO
14/04/23

Carlos Alberto Martins Manvailer
Secretário Legislativo
Ato nº 0005/2023-SRM/P/ALE

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Protocolo nº 14/04/23



GOVERNADORIA - CASA CIVIL
PROJETO DE LEI DE 13 DE ABRIL DE 2023.

Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, e altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.294, de 6 de junho de 2018.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do art. 53 da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, que “Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, e dá outras providências.”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53.

§ 3º O Quadro Complementar de Oficiais BM - QCOBM - será constituído por Oficiais Aviadores e Oficiais da área de Engenharia, Arquitetura, Ciências Jurídicas, Ciências Contábeis, Administração, Educação Física, Fisioterapia e Psicologia, mediante curso corresponde de acordo com o disposto na regulamentação específica.” (NR)

.....

Art. 2º A alínea “c” do inciso I do Anexo Único da Lei nº 4.294, de 6 de junho de 2018, que “Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO, e dá outras providências.”, que passa a vigorar conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Ficam revogados as alíneas “d” e “e” do inciso I e a alínea “b” do inciso II do Anexo Único da Lei nº 4.294, de 2018, e os itens 4 e 5 da alínea “a” do inciso I e os §§ 4º, 5º e 7º do art. 53 da Lei nº 2.204, de 2018.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

“ANEXO ÚNICO

I - Oficiais BM:

.....

c) QCOBM - Quadro Complementar de Oficiais Bombeiro Militar;

POSTO	TOTAL
Tenente Coronel	1
Major	3
Capitão	7
Primeiro Tenente	12
Segundo Tenente	24
TOTAL	47

..... ” (NR)



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 13/04/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035916745** e o código CRC **2C244786**.

Referência: Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0004.070989/2022-01

SEI nº 0035916745



TOTAL	FORÇO
	Força Central
	Força
	Força
	Força Força
	Segunda Força
	TOTAL



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM

Ofício nº 6957/2022/CBM-CPDGP

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JUNIOR

Secretário-Chefe da Casa Civil

Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas

CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO



Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**

Senhor Secretário,

Com cordiais cumprimentos, venho por meio deste elencar os motivos frente a necessidade de alteração dos dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018, estudo técnico, visando encaminhamento de Projeto de Lei a apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador para encaminhando a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Em atenção ao Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Nº 2204, de 18 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.", *in verbis*:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O CBMRO subordina-se administrativamente e operacionalmente ao Governador do Estado, por meio da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, exercendo suas atividades de maneira desconcentrada, com relativa autonomia orçamentária e financeira, desenvolvendo suas atribuições de modo integrado com os demais órgãos responsáveis pela segurança pública do Estado, sob a supervisão, coordenação, orientação e controle da SESDEC.

(grifo nosso)

Considerando o que preceitua o Art. 11 da supracitada Lei, *in verbis*:

Art. 11. O Comandante Geral, nomeado pelo Governador do Estado dentre os oficiais da ativa, pertencentes exclusivamente ao quadro de oficiais combatentes do Estado de Rondônia, do último posto, é o responsável superior pelo comando e administração geral, emprego e atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, e seu representante legal.

(grifo nosso)

Considerando que o art. 34, em seu inciso II, da Lei n. 2.204 de 18 de dezembro de 2009, previu o Comando de Operações Aéreas (COA) como um dos órgãos de execução incumbidos da tradução das políticas e diretrizes do Comando Geral e do Estado-Maior-Geral Bombeiro Militar, em objetivos e metas, de coordenação, fiscalização e controle das atividades da Corporação, visando adequar os meios aos fins.

Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, através do Decreto n. 22.960, de 28 de junho de 2018, criou e ativou o Grupamento de Operações Aéreas, subordinado ao Comando de Operações Aéreas no Município de Porto Velho, ambos devidamente com previsão legal na Lei n. 2.204/2009 - Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar.

Considerando que a aviação, através do COA/CBMRO, principalmente durante o conturbado período que o Estado de Rondônia enfrentou, representou para muitas pessoas exímia oportunidade de ter uma nova chance para dar continuidade a suas vidas, e que este estado nos orgulhou, pois ofertou esta importante política pública aos cidadãos rondonienses.

Considerando que a aviação realizada por meio do CBMRO também tem sido um facilitador muito importante do desenvolvimento econômico e social para Rondônia, e tem como característica seu múltiplo emprego, possibilitando o transporte de autoridades, tropas, materiais e equipamentos, auxiliando na logística com velocidade, dinamismo e agilidade, bem como as ações de Defesa Civil, Combate a Incêndios Florestais, Operações de Busca e Salvamento, Detecção, identificação e delimitação de áreas

contaminadas por agentes químicos, biológicos e nucleares, Transporte Aeromédico, Transporte de Órgãos e Tecidos, retirada de vítima grave de locais de sinistros.

Também é válido ressaltar que o CBMRO, conta com uma aeronave de asa rotativa e três aeronaves de asa fixa, visando dar mais efetividade e concentração de esforços específicos voltados a aviação prestada através do Grupamento de Operações Aéreas/COA, e, por isso, vislumbramos a possibilidade de promover alterações legislativas na Lei n. 2.204/2009 e na Lei n. 4294/2018, no que é pertinente ao Quadro Complementar - QCO, previsto na Lei n. 4294/2018, para se inserir no rol do Art. 53, § 3º da Lei 2.204/2009, Qualificação Militar de Oficial Aviador. Tal formação é uma tarefa árdua e complexa, desde a seleção, tempo para formação e a sequência de voos avaliados aos quais o piloto é submetido. E após avaliação dos voos, o piloto será submetido ao Conselho de Voo, formado por pilotos mais experientes e, se aprovado, recebe a promoção de co-piloto a comandante de aeronave. Para se tornar um Comandante a caminhada é longa, seja de aeronave de asa rotativa ou de asa fixa, sem mencionar os custos na formação que Estado tem desprender até nível de Comandante de aeronave.

Assim, a iniciativa para ajudar na solução e agregar frente ao cenário atual, apontamos para a solução além da previsão no Quadro Complementar da Qualificação Militar do Oficial Aviador (Lei 2.204/2009), o remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC, e consequentemente a revogação de tais quadros previstos na Lei n. 4294/2018.

Desta forma teríamos a possibilidade de incorporar nas fileiras da Corporação um profissional da aviação, com todos os requisitos necessário para a implementação de voos, sem a necessidade de demandar grandes esforços na formação interna de profissionais.

Por fim, para se chegar ao número de vagas a serem adicionadas as vagas que já existem no Quadro Complementar de Oficiais, fora feito a transformação da quantidade de vagas previstas multiplicadas pelos valores correspondentes aos postos e graduações no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar.

APROVEITAMENTO DOS QUADROS (QOCBM - QOEBM - QPEBM)										
ORD.	POSTO	SOLDO	AUX SAÚDE	ETAPA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO FARDAMENTO	ADICIONAL DE FORMAÇÃO	REMUNERAÇÃO	PREVISTO QOC	PREVISTO QOE	PREVISTO QPEBM
1	Coronel	18.278,55	50,00	316,23	456,96	2.303,10	21.404,84			
2	Tenente-Coronel	16.562,19	50,00	316,23	456,96	2.086,84	19.472,22			
3	Major	14.476,61	50,00	316,23	456,96	1.824,05	17.123,85	1		
4	Capitão	12.010,84	50,00	316,23	456,96	1.513,37	14.347,40	1	1	
5	Primeiro-Tenente	9.938,04	50,00	316,23	456,96	1.252,19	12.013,42	1	1	
6	Segundo-Tenente	8.786,50	50,00	316,23	456,96	1.107,10	10.716,79	1	1	
7	Aspirante-a-Oficial	7.932,89	50,00	316,23	456,96	999,54	9.755,62			
8	Subtenente	7.837,84	50,00	316,23	456,96	987,57	9.648,60			1
9	Primeiro-Sargento	6.699,09	50,00	316,23	456,96	844,09	8.366,37			2
10	Segundo-Sargento	5.940,53	50,00	316,23	456,96	748,51	7.512,23			3
11	Terceiro-Sargento	5.372,07	50,00	316,23	456,96	676,88	6.872,14			6
12	Cabo	4.423,41	50,00	316,23	456,96	557,35	5.803,95			24
13	Soldado	4.054,18	50,00	316,23	456,96	510,83	5.388,20			
TOTAL POR QUADRO								54.201,46	37.077,61	219.467,57
VALOR TOTAL								310.746,64		
VALOR TOTAL DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3FERIAS								4.132.930,35		
1. Cálculo realizado com base no soldo atual, acrescido das gratificações atuais de fardamento, alimentação, saúde e do adicional de formação.										

Tabela 1 - Valores referente ao Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar.

QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAL - QCOBM (VAGAS QUE SERÃO ADICIONADAS)

ORD.	POSTO	SOLDO	AUX SAÚDE	ETAPA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO FARDAMENTO	ADICIONAL DE FORMAÇÃO	REMUNERAÇÃO	VAGAS QUE SERÃO CRIADAS E ADICIONADAS AO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS - QCOBM	PROJEÇÃO COM ECONOMIA DOS QUADROS QOC-QOE- QEPM
1	Coronel	18.278,55	50,00	316,23	456,96	2.303,10	21.404,84		
2	Tenente- Coronel	16.562,19	50,00	316,23	456,96	2.086,84	19.472,22		
3	Major	14.476,61	50,00	316,23	456,96	1.824,05	17.123,85		
4	Capitão	12.010,84	50,00	316,23	456,96	1.513,37	14.347,40	2	28.694,79
5	Primeiro- Tenente	9.938,04	50,00	316,23	456,96	1.252,19	12.013,42	6	72.080,54
6	Segundo- Tenente	8.786,50	50,00	316,23	456,96	1.107,10	10.716,79	19	203.618,99
								304.394,32	
VALOR TOTAL DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FERIAS								4.048.444,47	

Tabela 2 - Valores referente a reestruturação do número previsto das novas vagas.

QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAL – QCOBM (REESTRUTURADO)		
ORD.	POSTO	VAGAS PREVISTAS APÓS APROVAÇÃO EM LEI
1	Coronel	
2	Tenente-Coronel	1
3	Major	3
4	Capitão	7
5	Primeiro-Tenente	13
6	Segundo-Tenente	28
TOTAL DO NÚMERO DE VAGAS		52

Tabela 3 - Novo Quadro Complementar de Oficiais - QOC.

Na expectativa de vossa acolhida, e sendo o que tínhamos para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração, colocando este Comando à disposição para prestar supervenientes esclarecimentos e, juntos, trabalharmos em prol do desenvolvimento de Rondônia.

Respeitosamente,

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Data e hora da assinatura eletrônica

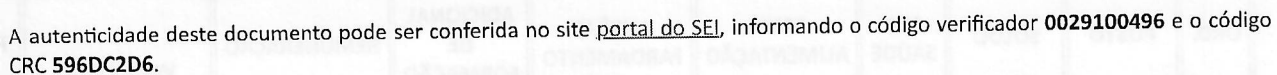
"VIDAS ALHEIAS, RIQUEZAS SALVAR!"

Quartel Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria - CEP: 76.801-246 - Porto Velho/RO

E-mail: gabcmd@cbm.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 03/06/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0004.070989/2022-01

SEI nº 0029100496



ESTUDO TÉCNICO

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO



Em cumprimento ao disposto no inciso VI, do artigo 3º do Decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, que estabelece as normas, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para o encaminhamento de propostas de atos normativos e outros, emitimos a presente estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

1. FINALIDADE

O referido processo tem por finalidade promover alterações legislativas na Lei n. 2.204/2009 e na Lei n. 4294/2018, no que é pertinente ao Quadro Complementar - QCO, previsto na Lei n. 4294/2018, para se inserir no rol do Art. 53, § 3º da Lei 2.204/2009, Qualificação Militar de Oficial Aviador. As alterações previstas são o remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC, qual seja, o Quadro Complementar da Qualificação Militar do Oficial Aviador (Lei 2.204/2009), e por fim a revogação do Quadro Oficial Capelão - QOC, do Quadro de Oficial Especialista - QOE e do Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar previstos na Lei n. 4294/2018.

2. CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

Análise em relação a despesa referente aos valores relacionados ao remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC, qual seja, o Quadro Complementar da Qualificação Militar do Oficial Aviador (Lei 2.204/2009), e conseguinte a revogação do Quadro Oficial Capelão - QOC, do Quadro de Oficial Especialista - QOE e do Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar previstos na Lei n. 4294/2018 do Corpo de Bombeiros Militar.

3. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Para mensuração dos impactos, primeiramente temos os cálculos referentes aos quadros existentes que terão as vagas movimentadas, conforme Tabela 1:

ORD.	POSTO	SOLDO A	ADICIONAL DE FORMAÇÃO B	AUX SAÚDE C	ETAPA ALIMENTAÇÃO D	AUXÍLIO FARDAMENTO E	BASE DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (A + B) F	REMUNERAÇÃO¹	PREVISTO QOC - OFICIAL CAPELÃO	PREVISTO QOE - OFICIAL ESPECIALISTA	PREVISTO QPEBM - PRAÇA ESPECIALISTA
1	Major	R\$ 14.476,61	R\$ 1.824,05	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 16.300,66	R\$ 17.123,85	1	-	-
2	Capitão	R\$ 12.010,84	R\$ 1.513,37	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 13.524,21	R\$ 14.347,40	1	1	-
3	Primeiro-Tenente	R\$ 9.938,04	R\$ 1.252,19	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 11.190,23	R\$ 12.013,42	1	1	-
4	Segundo-Tenente	R\$ 8.786,50	R\$ 1.107,10	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 9.893,60	R\$ 10.716,79	1	1	-
5	Aspirante-a-Oficial	R\$ 7.932,89	R\$ 999,54	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 8.932,43	R\$ 9.755,62	-	-	-
6	Subtenente	R\$ 7.837,84	R\$ 987,57	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 8.825,41	R\$ 9.648,60	-	-	1
7	Primeiro-Sargento	R\$ 6.699,09	R\$ 844,09	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 7.543,18	R\$ 8.366,37	-	-	2
8	Segundo-Sargento	R\$ 5.940,53	R\$ 748,51	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 6.689,04	R\$ 7.512,23	-	-	3
9	Terceiro-Sargento	R\$ 5.372,07	R\$ 676,88	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 6.048,95	R\$ 6.872,14	-	-	6
10	Cabo	R\$ 4.423,41	R\$ 557,35	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 4.980,76	R\$ 5.803,95	-	-	24
11	Soldado	R\$ 4.054,18	R\$ 510,83	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 4.565,01	R\$ 5.388,20	-	-	
VALOR POR QUADRO¹									R\$ 54.201,46	R\$ 37.077,61	R\$ 219.467,67
TOTAL MENSAL¹									R\$ 310.746,74		
VALOR TOTAL¹ DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FÉRIAS									R\$ 4.095.175,81		

Tabela 1 - Valores referente ao Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar.

Após, temos o cálculo dos valores referentes as vagas do Quadro Complementar de Oficial que serão criadas através do remanejamento das vagas calculadas na Tabela 1, conforme Tabela 2 abaixo:

ORD.	POSTO	SOLDO A	ADICIONAL DE FORMAÇÃO B	COMPENSAÇÃO ORGÂNICA C	ETAPA ALIMENTAÇÃO D	AUXÍLIO FARDAMENTO E	AUX SAÚDE F	BASE DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (A + B + C) G	REMUNERAÇÃO¹	VAGAS QUE SERÃO CRIADAS E ADICIONADAS AO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS - QCOBM	VALOR TOTAL MENSAL
1	Capitão	R\$ 12.010,84	R\$ 1.513,37	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 16.024,21	R\$ 16.847,40	2	R\$ 33.694,80
2	Primeiro-Tenente	R\$ 9.938,04	R\$ 1.252,19	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 13.690,23	R\$ 14.513,42	5	R\$ 72.567,10
3	Segundo-Tenente	R\$ 8.786,50	R\$ 1.107,10	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 12.393,60	R\$ 13.216,79	15	R\$ 198.251,85
TOTAL MENSAL¹										R\$ 304.513,75	
VALOR TOTAL¹ DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FERIAS										R\$ 4.035.081,75	

Tabela 2 - Valores referente a reestruturação do número previsto das novas vagas.

Na Tabela 2, para fins de cálculos foi considerada a compensação orgânica conforme coluna "COMPENSAÇÃO ORGÂNICA - C", tanto para a remuneração quanto para os cálculos de férias e 13º salário, atendendo ao quesito da Lei nº 5.322 de 01 de abril de 2022, ao itens 4.16. ao 4.26. do Parecer nº 336/2022/PGE-CASACIVIL(0030197518) e ao item 4 do Despacho GEPLAN (0029717628). Dessa forma passamos aos cálculos da diferença das vagas previstas que serão remanejadas e das novas vagas criadas através do remanejamento, conforme apresentado na Tabela 3:

ORD.	POSTO	VAGAS PREVISTAS (REMANEJADAS)			VAGAS ACRESCIDAS
		QOC	QOE	QOEBM	QCOBM
1	Major	1			
2	Capitão	1	1		2
3	Primeiro-Tenente	1	1		5
4	Segundo-Tenente	1	1		15
5	Aspirante-a-Oficial				
6	Subtenente			1	
7	Primeiro-Sargento			2	
8	Segundo-Sargento			3	
9	Terceiro-Sargento			6	
10	Cabo				
11	Soldado			24	
VALOR TOTAL¹ DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FERIAS		R\$ 4.095.175,81			R\$ 4.035.081,75
DIFERENÇA COM A MUDANÇA		-R\$ 60.094,06			

Tabela 3 - Diferença dos valores anual referentes a reestruturação do número previsto em relação as novas vagas.

Conforme se verifica na Tabela 3, os valores orçamentários para atender a presente reestruturação dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar apresenta redução orçamentária na ordem de **R\$ 60.094,06 (sessenta mil noventa e quatro reais e seis centavos)**, confirmando as considerações da Informação nº 282/2022/SEPOG-GPG (0029588689):

[...] após os cálculos preliminares com as informações constantes nos documentos, **não foi identificado** um aumento de despesa de caráter continuado para o Estado, visto que a partir dos autos fora possível compreender que trata-se apenas de alteração legislativa, e que **não haverá preenchimentos dos cargos de imediato**, passo em que quando houver essa necessidade deverá ser instruído novos autos com a devida propositura, parecer atuarial e requisitos dos artigos 15, 16, 17, 18 e 21 da LRF.

Nos autos não constam informações quanto ao preenchimento dos cargos de imediato, dessa forma não enseja a emissão de Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, pois em se tratando de questões orçamentárias a presente mudança implicará numa economia, conforme já supra informado.

Para finalizar, temos de forma sintetizada na Tabela 4 as vagas previstas, as novas vagas e o número final de vagas do Quadro Complementar de Oficial – QCOBM:

QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAL – QCOBM				
ORDEM	POSTO	VAGAS PREVISTAS	VAGAS CRIADAS	APÓS APROVAÇÃO DA LEI
1	Tenente-Coronel	1	0	1
2	Major	3	0	3
3	Capitão	5	2	7
4	Primeiro-Tenente	7	5	12
5	Segundo-Tenente	9	15	24

TOTAL DO NÚMERO DE VAGAS	25	22	47
--------------------------	----	----	----

Tabela 4 - Novo Quadro Complementar de Oficiais - QOC.



O impacto realmente dar-se-á em somente quando as vagas ora remanejadas forem realmente ocupadas, sendo que para tanto os autos deverão passar por análise nos setores competentes do Estado.

Fonte de Recurso: 1.500.0.00001

Exercício de 2022: não há impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

Exercícios de 2023 e 2024: Não haverá impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

4. **COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS NA CRIAÇÃO OU AUMENTO DA DESPESA**

Não haverá compensação dos efeitos financeiros da despesa, uma vez que não haverá despesa pois trata-se de remanejamento de vagas.

5. **IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

A despesa é compatível com a LDO e PPA vigentes, especialmente no que se referem às diretrizes, objetivos, prioridades e metas fiscais e financeiras previstas. Por trata-se de remanejamento de vagas não tem impacto orçamentário e financeiro nos valores já previstos no PPA vigente, passo em que quando houver a necessidade do preenchimentos dos cargos, deverá ser instruído novos autos com a devida propositura, parecer atuarial e requisitos dos artigos 15, 16, 17, 18 e 21 da LRF.

Porto Velho, RO, 01 de fevereiro de 2023.

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento - SESDEC

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

Respondendo p/ Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 01/02/2023, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA, Diretor(a) Executivo(a)**, em 01/02/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035414009** e o código CRC **56FF8CB5**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

ERRATA

Considerando o Estudo Técnico de Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro (0035414009) se refere aos anos de 2023 em diante, o item abaixo citado deverá ser retificado conforme segue:

ONDE SE LÊ:

Exercício de 2022: não há impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

Exercícios de 2023 e 2024: Não haverá impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

LEIA-SE:

Exercício de 2023: não há impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

Exercícios de 2024 e 2025: Não haverá impacto, pois trata-se de remanejamento de vagas.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 2023.

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 06/02/2023, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO GOMES FERREIRA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2023, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035604584** e o código CRC **FAC46D16**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM



Ofício nº 1609/2023/CBM-ASLEG

A sua Excelência, a Senhora

ELLEN REIS ARAÚJO

Diretora Técnica-Legislativa - Casa Civil do Estado de Rondônia

NESTA.

Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**

Senhora Diretora,

Com os cordiais cumprimentos de estilo, e em atenção ao Despacho (0034123806) informo-vos que reiteiramos as informações contidas no **Ofício nº 16381/2022/CBM-ASLEG** (0033971520) e encaminho-vos as informações consignadas no **Ofício nº 803/2023/CBM-ASLEG** (0035168049) o qual solicitou da SESDEC manifestação nos autos acerca das pendências a serem sanadas.

Somado a isso, encaminho-vos o **Estudo Técnico** (0035414009) devidamente elaborado pela Equipe Técnica da SESDEC para vossa análise e apreciação.

Face o exposto, solicito-vos a continuidade da tramitação deste **Processo Sei 0004.070989/2022-01**, considerando a **Minuta de Mensagem** (0029843587) e **Minuta de Projeto de Lei** (0029843711), objetivando a alteração Legislativa epigrafada.

Cordialmente,

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Data e hora da assinatura eletrônica

"VIDA ALHEIA, RIQUEZAS SALVAR!"

Quartel Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria - CEP: 76.801-246 - Porto Velho/RO

E-mail: gabcmd@cbm.ro.gov.br / Telefone: (69) 3216-8952



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA**, Comandante-Geral do CBMRO, em 01/02/2023, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.SEI), informando o código verificador **0035520811** e o código CRC **B4D81940**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0004.070989/2022-01

SEI nº 0035520811



Com o teor da mensagem de nº 0035520811, informo que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por meio da Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJPL), está analisando o Projeto de Lei nº 0004.070989/2022-01, que trata da criação de uma nova lei municipal, e que, para isso, está realizando uma consulta pública para ouvir a opinião dos cidadãos.

Conforme a Lei nº 0004.070989/2022-01, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por meio da CCJPL, está analisando o Projeto de Lei nº 0004.070989/2022-01, que trata da criação de uma nova lei municipal, e que, para isso, está realizando uma consulta pública para ouvir a opinião dos cidadãos.

Para o acesso ao sistema de consulta pública, basta acessar o link portal.do.SEI e clicar em "Consulta Pública". O sistema de consulta pública está disponível para todos os cidadãos interessados em opinar sobre o Projeto de Lei nº 0004.070989/2022-01.

Respeitosamente,

RENATO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL 2M

Comandante-Geral

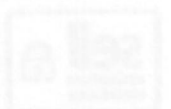
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Data e hora da assinatura eletrônica

"VDA AUREA, RICHARDE SARAIVA"

Quarta Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Orla - CEP: 76801-245 - Porto Velho/RO

E-mail: atendimento@cbmr.ro.gov.br / Telefone: (68) 3116-8833





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Gerência de Planejamento Governamental - SEPOG-GPG



Informação nº 59/2023/SEPOG-GPG

À Senhora,

Coordenadora de Planejamento Governamental da SEPOG

Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**

Senhora Coordenadora,

A par dos cumprimentos de costume, em atenção ao Despacho (SEI nº 0035637108). Passamos a informar:

1. **DO ESCOPO:**

1.1. Análise e manifestação quanto as informações prestadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, quanto a minuta de projeto de lei que Altera e acresce dispositivos na Lei nº 2.204 de 18 de dezembro de 2009 e altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.294 de 6 de junho de 2018.

2. **DO RELATÓRIO:**

2.1. Em suma, o Corpo de Bombeiros solicita a promoção de alterações legislativas na Lei n. 2.204/2009 e na Lei n. 4294/2018, no que é pertinente ao Quadro Complementar - QCO, previsto na Lei n. 4294/2018, para se inserir no rol do Art. 53, § 3º da Lei 2.204/2009, Qualificação Militar de Oficial Aviador. As alterações previstas são o remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC, qual seja, o Quadro Complementar da Qualificação Militar do Oficial Aviador (Lei 2.204/2009), e por fim a revogação do Quadro Oficial Capelão - QOC, do Quadro de Oficial Especialista - QOE e do Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar previstos na Lei n. 4294/2018.

2.2. A demanda foi encaminhada para a Casa Civil através do Ofício 6957 (SEI nº 0029100496), que posteriormente solicitou manifestações da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, atendidas através dos Despacho (SEI nº 0029717628) e Informação 282 (SEI nº 0029588689).

2.3. Outrossim, a Procuradoria Geral do Estado emitiu o Parecer 336 (SEI nº 0030197518), que trouxe em sua conclusão:

Procuradoria Geral do Estado **pela constitucionalidade** da minuta projeto de lei 0029843711, todavia, **inviável o seu prosseguimento** no exercício de 2022, em razão do aumento de despesas com pessoal afeto à vedação eleitoral prevista no inciso II e III do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso haja prosseguimento do feito, necessária a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declaração de adequação orçamentária, análise técnica da SETIC, COGES e SEPOG, nos termos do inciso I, do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Submeto o presente à apreciação superior, nos termos do art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011, por não encontrarem-se nas hipóteses de dispensa de aprovação previstas na Portaria nº 136, de 09 de fevereiro de 2021 (0016126663), bem como na Resolução nº 08/2019/PGE/RO (0017606188).

Considerando a tramitação referida no item anterior, a consultante deverá abster-se de inserir movimentação neste processo administrativo, aguardando a apreciação pela unidade PGE-GAB ou PGE-ASSESGAB, que (i) aporá no presente parecer a assinatura do Excelentíssimo Senhor **MAXWEL MOTA DE ANDRADE**, Procurador-Geral do Estado, ou do Excelentíssimo Senhor **TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA**, Procurador-Geral do Estado Adjunto, ou (ii) juntará manifestação em separado.

2.4. Atendido os apontamentos do Parecer, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia apresentou o Estudo Técnico (SEI nº 0035414009) e a Errata ao Estudo Técnico (SEI nº 0035604584), dos quais passo a análise.

3. **DA ANÁLISE**

3.1. Num primeiro momento cumpre ressaltar que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, e Gestão - SEPOG, em sua área de competência, manifesta-se estritamente as consoantes previstas no art. 118 da Lei Complementar nº 965/2017.

Ademais, em relação ao tema a LC n. 101/2000 traz a seguinte consideração:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo utilizadas**.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

3.2. Documentos apresentados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, até a presente data:

3.2.1. Minuta de Mensagem (SEI nº 0029843587);

3.2.2. Minuta de Projeto de Lei (SEI nº 0029843711);

3.2.3. Estudo Técnico (SEI nº 0035414009);

3.2.4. Errata ao Estudo Técnico (SEI nº 0035604584).

3.3. Analisando os documentos constante nos autos, até a presente data, trazemos as seguintes observações:

3.3.1. A minuta do Minuta de Projeto de Lei (SEI nº 0029843711), traz em seu texto a seguinte redação:

Art. 2º Fica alterada a alínea "c" do inciso I do Anexo Único da Lei nº 4.294, de 6 de junho de 2018, que "Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO, e dá outras providências." passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

I - Oficiais BM;

c) QCOBM - Quadro Complementar de Oficiais Bombeiro Militar;



POSTO	TOTAL
Tenente Coronel	1
Major	3
Capitão	7
Primeiro Tenente	13
Segundo Tenente	28
TOTAL	52

No entanto, o Estudo Técnico (SEI nº 0035414009), traz na Tabela 4 os seguintes números:

Para finalizar, temos de forma sintetizada na Tabela 4 as vagas previstas, as novas vagas e o número final de vagas do Quadro Complementar de Oficial – QCOBM:

QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAL – QCOBM

ORDEM	POSTO	VAGAS PREVISTAS	VAGAS CRIADAS	APÓS APROVAÇÃO DA LEI
1	Tenente-Coronel	1	0	1
2	Major	3	0	3
3	Capitão	5	2	7
4	Primeiro-Tenente	7	5	12
5	Segundo-Tenente	9	15	24
TOTAL DO NÚMERO DE VAGAS		25	22	47

Tabela 4 - Novo Quadro Complementar de Oficiais - QOC.

Pode-se observar que a Minuta do Projeto de Lei apresenta um total de 52 vagas enquanto o Estudo Técnico apresenta um montante de 47 vagas. Levando em conta a metodologia de cálculo apresentada pela própria unidade, o resultado sairia de uma redução de despesa de **R\$ 60.094,06 (sessenta mil noventa e quatro reais e seis centavos)**, para um aumento permanente de despesa de **R\$ 832.616,32 (oitocentos e trinta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos)**. Conforme tabela abaixo:

QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAL - QCOBM (VAGAS QUE SERÃO ADICIONADAS)

ORD.	POSTO	SOLDO - A	ADICIONAL DE FORMAÇÃO - B	COMPENSAÇÃO ORGÂNICA - C	ETAPA ALIMENTAÇÃO - D	AUXÍLIO FARMACÊUTICO - E	AUX. SAÚDE - F	G (BASE DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO) = A+B+C	REMUNERAÇÃO	VAGAS QUE SERÃO CRIADAS E ADICIONADAS AO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS - QCOBM	PROJEÇÃO COM ECONOMIA DOS QUADROS
1	Capitão	R\$ 12.010,84	R\$ 1.513,37	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 16.024,21	R\$ 16.847,40	2	R\$ 33.694,80
2	Primeiro-Tenente	R\$ 9.938,04	R\$ 1.252,19	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 13.690,23	R\$ 14.513,42	6	R\$ 87.080,52
3	Segundo-Tenente	R\$ 8.786,50	R\$ 1.107,10	R\$ 2.500,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 50,00	R\$ 12.393,60	R\$ 13.216,79	19	R\$ 251.119,01
TOTAL MENSAL											371.894,33
VALOR TOTAL DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FÉRIAS											4.927.790,67
DIFERENÇA ENTRE TABELA ATUALIZADA CONFORME QUANTITATIVO DE VAGAS APRESENTADAS NA MINUTA DO PROJETO DE LEI E TABELA 1 DO Estudo Técnico (SEI nº 0035414009)											R\$ 832.616,06

3.4. Analisando ainda o Estudo Técnico (SEI nº 0035414009), a Tabela 1 apresenta quantitativo de cabos e soldados unificados, conforme imagem abaixo:

ORD.	POSTO	SOLDO A	ADICIONAL DE FORMAÇÃO B	AUX. SAÚDE C	ETAPA ALIMENTAÇÃO D	AUXÍLIO FARMACÊUTICO E	BASE DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (A + B) F	REMUNERAÇÃO¹	PREVISTO QOC - OFICIAL CAPELÃO	PREVISTO QOE - OFICIAL ESPECIALISTA	PREVISTO QPEBM - PRAÇA ESPECIALISTA
1	Major	R\$ 14.476,61	R\$ 1.824,05	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 16.300,66	R\$ 17.123,85	1	-	-
2	Capitão	R\$ 12.010,84	R\$ 1.513,37	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 13.524,21	R\$ 14.347,40	1	1	-

ORD.	POSTO	SOLDO A	ADICIONAL DE FORMAÇÃO B	AUX SAÚDE C	ETAPA ALIMENTAÇÃO D	AUXÍLIO FARDAMENTO E	BASE DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (A + B) F	REMUNERAÇÃO¹	PREVISTO QOC - OFICIAL CAPELÃO	PREVISTO QOE - OFICIAL ESPECIALISTA	PREVISTO QPEBM - PRAÇA ESPECIALISTA
3	Primeiro-Tenente	R\$ 9.938,04	R\$ 1.252,19	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 11.190,23	R\$ 12.013,42	1	1	-
4	Segundo-Tenente	R\$ 8.786,50	R\$ 1.107,10	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 9.893,60	R\$ 10.716,79	1	1	-
5	Aspirante-a-Oficial	R\$ 7.932,89	R\$ 999,54	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 8.932,43	R\$ 9.755,62	-	-	-
6	Subtenente	R\$ 7.837,84	R\$ 987,57	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 8.825,41	R\$ 9.648,60	-	-	1
7	Primeiro-Sargento	R\$ 6.699,09	R\$ 844,09	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 7.543,18	R\$ 8.366,37	-	-	2
8	Segundo-Sargento	R\$ 5.940,53	R\$ 748,51	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 6.689,04	R\$ 7.512,23	-	-	3
9	Terceiro-Sargento	R\$ 5.372,07	R\$ 676,88	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 6.048,95	R\$ 6.872,14	-	-	6
10	Cabo	R\$ 4.423,41	R\$ 557,35	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 4.980,76	R\$ 5.803,95	-	-	24
11	Soldado	R\$ 4.054,18	R\$ 510,83	R\$ 50,00	R\$ 316,23	R\$ 456,96	R\$ 4.565,01	R\$ 5.388,20	-	-	

VALOR POR QUADRO¹

R\$ 54.201,46	R\$ 37.077,61	R\$ 219.467,67
---------------	---------------	----------------

TOTAL MENSAL¹ R\$ 310.746,74

VALOR TOTAL¹ DE 12 MESES, ACRESCIDO DE 13º E 1/3 FÉRIAS R\$ 4.095.175,81

Tabela 1 - Valores referentes ao Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar.

Considerando que a remuneração dos cargos são diferentes, a tabela deve apresentar as quantidades relativas a cada cargo de forma individualizada, para que seja possível a realização do cálculo de forma mais fidedigna.

4. CONCLUSÃO

Após analisado os dados apresentados, conclui-se:

4.1. A unidade apresentou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro com quantitativo divergente do apresentado na Minuta do Projeto de Lei, e nesse caso o processo necessita retornar para atualização dos cálculos;

4.2. Na Tabela 1 do Estudo Técnico (SEI nº 0035414009), a unidade apresentou quantitativo de vagas de cabo e soldados de forma conjunta. Considerando que os valores das remunerações dos cargos são diferentes, a apresentação dos dados na planilha também precisa aparecer de forma individualizada;

4.3. Julga-se importante indagar à unidade, se com a aprovação do dispositivo legal (aumento de vagas nos postos de Capitão, Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente), os ocupantes de cargos inferiores farão jus à promoção? Exemplo: àqueles que hoje se encontram em postos inferiores e dispõem de tempo para a promoção, serão promovidos para os postos superiores? No caso de resposta positiva, deverá ser readequada a planilha de impacto, bem como adotar todas as demais medidas estabelecidas nos artigos, já citados, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.4. Ressaltamos que é responsabilidade do ordenador de despesas zelar pelas medidas de controle previstas desde a edição da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que combinada às premissas da LRF, que visam ao almejado equilíbrio fiscal, devendo o mesmo primar pela correta execução das despesas e o efetivo controle dos gastos públicos. Assim, antes de autorizar qualquer despesa, o mesmo deverá registrar que a despesa cumpre os programas de trabalho previstos no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no plano interno de previsão de despesas do órgão, de modo a não extrapolar o montante da dotação.

Por fim, vale ressaltar que a análise ora apresentada fora com base nas informações constantes nos autos até a presente data, cabendo registrar que a execução orçamentária se faz de responsabilidade dos Ordenadores de despesas das pastas.

Sendo o que temos a informar para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

É a informação, s.m.j., que submetemos à deliberação.

Respeitosamente,

Porto Velho, data na assinatura eletrônica.

UELERSON OLIVEIRA DA SILVA

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Gerente de Planejamento Governamental da SEPOG



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Gerente**, em 08/02/2023, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **uelerson oliveira da silva, Especialista**, em 08/02/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035652150** e o código CRC **DF0E71F7**.

Referência: Caso responda esta Informação, indicar expressamente o Processo nº 0004.070989/2022-01

SEI nº 0035652150



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Ofício nº 603/2023/SEPOG-CPG

A Sua Excelência a Senhora
ELLEN REIS ARAÚJO
Diretora Técnica-Legislativa
Nesta.

Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**
Referência: *Despacho CASACIVIL-DITEL (0035604991)*

Prezada Diretora,

Com os nossos melhores cumprimentos, servimo-nos do presente para, em atenção ao documento referenciado, encaminhar o teor da Informação nº 59/2023/SEPOG-GPG (0035652150) para ciência e adoção das medidas pertinentes.

Além disso, sem prejuízo dos apontamentos realizados, e em busca de cumprir todos os regramentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, somos impelidos a questionar se as vagas que estão sendo remanejadas estão ociosas ou devidamente ocupadas, uma vez que ociosa não há que se falar em compensação ou redução de despesa, implicando dizer que caso haja interesse em ocupá-las ocorrerá o impacto na integralidade.

No mais, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG permanece à disposição para eventuais esclarecimentos.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 10/02/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035710037** e o código CRC **1128BC5C**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Geral do Estado junto à Casa Civil - PGE-CASACIVIL



Parecer nº 336/2022/PGE-CASACIVIL

Referência: Minuta de Projeto de Lei (0029843711)

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Estado de Rondônia,

1. **RELATÓRIO.**

1.1. Trata-se de consulta formulada à Procuradoria Geral do Estado, objetivando a apreciação da viabilidade jurídica do projeto de lei constante no id. 0029843711.

1.2. A proposta em comento discrimina a seguinte ementa "Altera e acresce dispositivos na Lei nº 2.204 de 18 de dezembro de 2009 e altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.294 de 6 de junho de 2018".

1.3. É o breve e necessário relatório.

2. **LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

2.1. Dispõe a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que **aos Procuradores do Estado incumbe a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas** (art. 132, *caput*), disposição incorporada pela Constituição do Estado de Rondônia, que estabelece:

Art. 104. A Procuradoria-Geral do Estado é a instituição que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

2.2. Disciplinando a matéria no plano infraconstitucional, a Lei Complementar nº 620, de 11 de junho de 2011, ao instituir a **Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia**, prescreveu que:

Art. 3º. **Compete à Procuradoria Geral do Estado de Rondônia:**

II – **exercer a consultoria jurídica do Estado de Rondônia**, a promoção da defesa dos agentes públicos nos procedimentos administrativos ou judiciais relacionados com atos que praticarem no exercício de suas funções, desde que o agente tenha provocado e seguido a orientação jurídica da Procuradoria Geral do Estado;

III – **exercer o controle interno da legalidade dos atos do Estado de Rondônia**, quando instada a fazê-lo;

V – **zelar pelo cumprimento e execução das normas, decisões e procedimentos jurídicos da Administração Pública Direta e Indireta, com correição, fiscalização e controle dos atos**, que, no caso da Administração Pública Indireta, deverá ser provocado;

X - examinar, no âmbito do Poder Executivo, minutas de decreto e anteprojetos de leis, bem como analisar os projetos de lei com vistas à sanção ou veto do Governador do Estado de Rondônia, quando instada a fazê-lo;

2.3. Quanto ao exercício de atribuições eminentemente jurídicas por servidores não titulares do cargo de Procurador do Estado, sobretudo por **servidores ocupantes de cargos comissionados**, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a **inconstitucionalidade** de citada prática, assentando que *tal atividade deve ser exercida por procuradores organizados em carreira, destinando-se referida exigência à configuração da necessária qualificação técnica e independência funcional desses agentes públicos*.

2.4. Importa grifar que referida decisão fora proferida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.261/RO, proposta em face da Lei Complementar nº 500, de 2009, que criou cargos de provimento precário destinados ao assessoramento jurídico no âmbito da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, havendo ainda diversas ações diretas pendentes de julgamento no Excelso Sodalício, versando também sobre normas rondonienses, a exemplo das ADI's 4.023 (SEDUC) e 4.024 (SEJUS), dentre outras.

2.5. Portanto, resta inequivocamente caracterizada a **competência constitucional e legal exclusiva da Procuradoria Geral do Estado** para o exercício da função consultiva no presente feito, com exclusão da eventual competência de qualquer outro agente público, observado o disposto no art. 11, inciso V e § 2º.

3. **DO EXAME DOS ASPECTOS FORMAIS.**

3.1. Inicialmente, destaca-se que *princípio constitucional da separação dos Poderes* a Constituição Federal, assim, como a Constituição do Estado de Rondônia, respectivamente, preveem:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 7º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, **não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro**.

3.2. Veja-se, o conteúdo da norma tem por objetivo prevenir a usurpação da competência de um Poder pelo outro, de modo que suas competências estão previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Constituição Estadual.

3.3. Somado a isso, a Constituição Estadual prevê que determinadas matérias são de iniciativa ou competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, vejamos:

Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I - fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observadas as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal.

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) (Revogado pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

(...)

Art. 65 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - representar o Estado perante o Governo da União e as Unidades da Federação, bem como em suas relações jurídicas, políticas e administrativas, exercendo com o auxílio dos Secretários de Estado a direção superior da administração estadual;

II - nomear e exonerar;

a) os Secretários de Estado;

b) os dirigentes de empresas de economia mista e autarquias;

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

V - expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis;

VI - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

VIII - decretar e executar a intervenção nos Municípios, nomeando o interventor;

IX - remeter mensagens e plano de governo à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação dos negócios do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias;

X - nomear e destituir o Chefe da Defensoria Pública e o Procurador-Geral do Estado;

XI - nomear os Desembargadores e os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista nesta Constituição;

XII - exercer o comando supremo da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, nomear e exonerar seu Comandante-Geral e promover seus oficiais;

(Atualizado pela emenda constitucional nº 6, DOE 29/04/96).

XIII - enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual de investimentos, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

XIV - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior, importando crime de responsabilidade o seu descumprimento;

XV - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei;

XVI - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição;

XVII - sancionar as leis delegadas;

XVIII - exercer a titularidade da iniciativa das leis previstas no art. 39, § 1º, desta Constituição;

XIX - prestar por escrito, em seu próprio nome ou de seus auxiliares, as informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, no prazo de dez dias, salvo se outro for determinado por lei federal, importando crime de responsabilidade o não-atendimento ou recusa.

Parágrafo único - O Governador do Estado poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos V e XIX, primeira parte, aos Secretários de Estado, ao Procurador-Geral do Estado, que observarão os limites definidos nas respectivas delegações.



3.4. Os dispositivos colacionados guardam consonância com a Constituição Federal, que prevê a iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, da CF), além de dispor sobre as suas atribuições que lhe são próprias (art. 84, da CF).

3.5. Destaca-se que, as hipóteses acima, em razão do *princípio da simetria* e da *separação de Poderes*, devem ser observadas no âmbito estadual, distrital e municipal, logo, tais matérias deverão ser iniciadas pelos Chefes do Executivo.

3.6. Por fim, observa-se o regular exercício da competência prevista no art. 65, inciso XVIII e art. 39, §1º, inciso I, alínea 'b' da Constituição Estadual, quanto a a publicação deste projeto de lei, organização e funcionamento do Poder Executivo.

4. DO EXAME DOS ASPECTOS MATERIAIS.

4.1. *Ab initio*, cumpre esclarecer que não compete à Procuradoria-Geral do Estado a análise do mérito administrativo da criação do ato normativo que se pretende alterar, isso porque, cabe à autoridade administrativa competente sopesar a conveniência e oportunidade da criação do citado ato normativo.

4.2. Consoante esposado alhures, restará caracterizada a **inconstitucionalidade material**, quando o conteúdo da norma afrontar qualquer preceito ou princípio da Carta Magna e/ou Constituição Estadual, podendo ainda igualmente verificar-se quando houver **desvio de poder** ou **excesso de poder legislativo**.

4.3. Nesse sentido, o saudoso publicista LUÍS ROBERTO BARROSO (2. ed. 2006, p. 29) leciona que:

"a inconstitucionalidade material expressa uma incompatibilidade de conteúdo, substantiva entre a lei ou ato normativo e a Constituição. Pode traduzir-se no confronto com uma regra constitucional — e.g., a fixação da remuneração de uma categoria de servidores públicos acima do limite constitucional (art. 37, XI) — ou com um princípio constitucional, como no caso de lei que restrinja ilegítimamente a participação de candidatos em concurso público, em razão do sexo ou idade (arts. 5.º, caput, e 3.º, IV), em desarmonia com o mandamento da isonomia. O controle material de constitucionalidade pode ter como parâmetro todas as categorias de normas constitucionais: de organização, definidoras de direitos e programáticas"

4.4. O projeto de lei (0029843711) em questão versa sobre a alteração do §3º, art. 53 da Lei nº 2.204 de 18 de dezembro de 2009 e altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.294 de 06 de junho de 2018.

4.5. A proposta finda-se em incluir os Oficiais Aviadores ao Quadro Complementar de Oficiais BM - QCOBM.

4.6. Para tanto, o Comando Geral do Corpo de Bombeiros, por meio do Ofício nº 6957/2022/CBM-CPDGP (0029100496), pontuou os seguintes motivos para inclusão dos oficiais:

Considerando que o art. 34, em seu inciso II, da Lei n. 2.204 de 18 de dezembro de 2009, previu o Comando de Operações Aéreas (COA) como um dos órgãos de execução incumbidos da tradução das políticas e diretrizes do Comando Geral e do Estado-Maior-Geral Bombeiro Militar, em objetivos e metas, de coordenação, fiscalização e controle das atividades da Corporação, visando adequar os meios aos fins.

Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, através do Decreto n. 22.960, de 28 de junho de 2018, criou e ativou o Grupamento de Operações Aéreas, subordinado ao Comando de Operações Aéreas no Município de Porto Velho, ambos devidamente com previsão legal na Lei n. 2.204/2009 - Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar.

Considerando que a aviação, através do COA/CBMRO, principalmente durante o conturbado período que o Estado de Rondônia enfrentou, representou para muitas pessoas exímia oportunidade de ter uma nova chance para dar continuidade a suas vidas, e que este estado nos orgulhou, pois ofertou esta importante política pública aos cidadãos rondonienses.

Considerando que a aviação realizada por meio do CBMRO também tem sido um facilitador muito importante do desenvolvimento econômico e social para Rondônia, e tem como característica seu múltiplo emprego, possibilitando o transporte de autoridades, tropas, materiais e equipamentos, auxiliando na logística com velocidade, dinamismo e agilidade, bem como as ações de Defesa Civil, Combate a Incêndios Florestais, Operações de Busca e Salvamento, Detecção, identificação e delimitação de áreas contaminadas por agentes químicos, biológicos e nucleares, Transporte Aeromédico, Transporte de Órgãos e Tecidos, retirada de vítima grave de locais de sinistros.

Também é válido ressaltar que o CBMRO, conta com uma aeronave de asa rotativa e três aeronaves de asa fixa, visando dar mais efetividade e concentração de esforços específicos voltados a aviação prestada através do Grupamento de Operações Aéreas/COA, e, por isso, vislumbramos a possibilidade de promover alterações legislativas na Lei n. 2.204/2009 e na Lei n. 4.294/2018, no que é pertinente ao Quadro Complementar - QCO, previsto na Lei n. 4.294/2018, para se inserir no rol do Art.

53, § 3º da Lei 2.204/2009, Qualificação Militar de Oficial Aviador. Tal formação é uma tarefa árdua e complexa, desde a seleção, tempo para formação e a sequência de voos avaliados aos quais o piloto é submetido. E após avaliação dos voos, o piloto será submetido ao Conselho de Voo, formado por pilotos mais experientes e, se aprovado, recebe a promoção de co-piloto a comandante de aeronave. Para se tornar um Comandante a caminhada é longa, seja de aeronave de asa rotativa ou de asa fixa, sem mencionar os custos na formação que Estado tem despendido até nível de Comandante de aeronave.

Assim, a iniciativa para ajudar na solução e agregar frente ao cenário atual, apontamos para a solução além da previsão no Quadro Complementar da Qualificação Militar do Oficial Aviador (Lei 2.204/2009), o remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista Bombeiro Militar para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC, e consequentemente a revogação de tais quadros previstos na Lei n. 4294/2018.

Desta forma teríamos a possibilidade de incorporar nas fileiras da Corporação um profissional da aviação, com todos os requisitos necessário para a implementação de voos, sem a necessidade de demandar grandes esforços na formação interna de profissionais.

4.7. Como solução, sugeriu o remanejamento das vagas previstas no Quadro Oficial Capelão - QOC, Quadro de Oficial Especialista - QOE e Quadro de Praça Especialista para o Quadro Complementar de Oficiais - QOC.

4.8. De acordo com o que se extrai da Lei nº 4294/2018, atualmente, o Quadro Complementar de Oficiais é composto por 25 (vinte e cinco) vagas. Com a reestruturação decorrente do remanejamento dos demais quadros, o quantitativo de vagas passará para 52 (cinquenta e dois).

4.9. Diante disso, a Diretoria Técnica Legislativa, por meio de despacho (0029404985), solicitou esclarecimentos quanto ao quantitativo de vagas existentes nos Quadros de Capelão e de Especialistas músicos.

4.10. Em resposta (0029417038), o Corpo de Bombeiros consignou a existência de 04 (quatro) vagas no Quadro de Oficial Capelão, 03 (três) vagas no Quadro de Oficial Especialista Músicos e 36 (trinta e seis) no Quadro de Praças Especialista, reafirmando que a proposta refere apenas de realocação de vagas.

4.11. Em seguida, os autos foram encaminhados à Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC (0029432578) bem como à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG (0029435092).

4.12. A SEPOG, por meio da Informação nº 282/2022/SEPOG-GPG (0029588689) se limitou a registrar a ausência de aumento de despesa de caráter continuado por se tratar apenas de alteração legislativa, sem preenchimento dos cargos de imediato. Vejamos:

Com os cordiais cumprimentos, tendo em vista o Ofício nº 7710/2022/CBM-CPDGP (0029435092) em que remetem os autos para análise da Minuta de Projeto de Lei (0029014754), o qual versa de alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018, quanto à realocação de vagas previstas no Quadro Complementar de diversas Qualificações Militares, vimos apresentar as seguintes considerações:

Inicialmente informamos que esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, e Gestão - SEPOG, em sua área de competência, manifesta-se estritamente as consoantes previstas no art. 118 da Lei Complementar nº 965/2017.

Considerando as informações apresentadas no Ofício nº 6957/2022/CBM-CPDGP (0029100496) e na Minuta de Projeto de Lei (0029014754), após os cálculos preliminares com as informações constantes nos documentos, não foi identificado um aumento de despesa de caráter continuado para o Estado, visto que a partir dos autos fora possível compreender que trata-se apenas de alteração legislativa, e que não haverá preenchimentos dos cargos de imediato, passo em que quando houver essa necessidade deverá ser instruído novos autos com a devida propositura, parecer atuarial e requisitos dos artigos 15, 16, 17, 18 e 21 da LRF.

4.13. A Gerência de Planejamento da SESDEC, pontuou as seguintes inconsistências materiais:

Inicialmente cumpre-nos destacar que a proposta deve obedecer ao decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, o qual estabelece as normas, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para o encaminhamento de propostas de atos normativos, bem como a tramitação interna de Indicações e Requerimentos Parlamentares e dá outras providências, em especial no seu art. 3º e conforme modelos anexos.

Salvo melhor juízo, por tratar-se de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, julga-se pertinente analisar o teor da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual no seu art. 15 e seguintes, elenca providências a serem adotadas.

Não se vislumbra no processo o quadro atual da estrutura organizacional do CBM do Estado de Rondônia para que se possa visualizar as alterações propostas, em especial quanto a possibilidade de aumento de cargos e, consequentemente, caracterização da despesa referindo-se aos valores relacionados à implementação da alteração da estrutura administrativa, em especial se a proposta será abarcada por CDS e FG's, bem como, os valores estimados da aludida alteração (quadro atual, quadro sugerido e quadro comparativo do cálculo de impacto anual e para os 2 próximos exercícios), bem como a possibilidade de transferência de quadro dos atuais oficiais combatentes pilotos, informados pelo CBM através do processo sei 0037.047989/2022-11.

Necessário ainda a inclusão dos cálculos de impactos gerados pela Lei N° 5.322, DE 1º DE ABRIL DE 2022. (0027794696) - Adicional de Compensação Orgânica, os quais os oficiais do novo quadro farão jus.

Cabe ainda ressaltar que para alteração da estrutura organizacional do CBM, faz-se necessária análise pela Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

Ademais, cabe ressaltar a necessidade de atualização do cálculo atuarial, uma vez que com a alteração irá possibilitar a realização de concurso público e/ou chamamento imediato por via outra, o que impactará nos cálculos recém realizados e solicitados através do Parecer 271 (0029620688), o qual cita que os cálculos delimitados acima foram realizados antes da criação do Sistema (Lei nº 5.245/2022) e da modificação da remuneração dos policiais e bombeiros militares (Lei nº 5.074/2021).

Por fim, visando facilitar a tramitação, sugiro que seja inserido também uma minuta de mensagem à Assembleia visando atender as necessidades da DITEL da casa civil.

4.14. Em contrapartida, o Corpo de Bombeiros, consignou por meio do Ofício nº 8307/2022/CBM/ASLEG (0029771088) os seguintes apontamentos:

No que tange ao item 1 do Despacho (0029717628), a proposta de alteração das Lei 2.204/2009 e Lei n. 4294/2018, obedece ao rito estabelecido pelo Decreto n. 24.876, de 17 de março de 2020, em especial o Art. 3º do Decreto Estadual:

Art. 3º As minutas de atos normativos deverão ser encaminhadas à DITEL da Casa Civil, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, mediante indicação de motivos (orientações no Anexo I) pelo titular do Órgão competente, bem como anexados:

I - justificativa fundamentada, de forma clara e objetiva, a edição do ato normativo, com a síntese do problema, cuja proposição do ato normativo visa a solucionar, além de notas técnicas ou explicativas da proposição;

II - a identificação dos atingidos pela norma jurídica;

III - o projeto do ato normativo;

IV - indicação do setor técnico competente responsável pela concepção do projeto;

[...]

Assim, os pontos destacados foram atendidos na proposta apresentada, não sendo identificado qual aspecto do Decreto Estadual deixou de ser observado. Conforme Ofício 6957 (0029100496) e Minuta de Projeto de Lei (0029014754), entendemos que foram obedecidos as exigências do Decreto, de igual modo o fizemos em outras propostas de alterações legislativas.

Em relação ao item 2, o projeto de lei não versa sobre Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, trata-se apenas de acréscimo qualitativo de especialidade (Aviador) no, já existente, Quadro Complementar de Oficial Bombeiro Militar - QOCBM. No que tange à quantidade de vagas previstas na Lei 4294/2018 - Fixação do Efetivo do CBMRO, será mantida pela supressão do Quadro de Oficial e Praça Especialistas, portanto, não haverá acréscimo de vagas no efetivo da Corporação. Ressalta-se que os artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, dispõem sobre "geração de despesa; ação governamental que acarrete aumento da despesa; obrigação legal de sua execução; etc.", o que não ocorre na propositura in tela.

Na mesma toada, quanto aos itens 3, 4 e 5, não há que se falar em aumento de cargos, criação de CDS, FG's ou impactos gerados por eventual Adicional de Compensação Orgânica nos termos da Lei n. 5.322/2022, posto que o projeto de lei apresentado não visa a contratação de oficiais aviadores, apenas a inclusão da especialidade no QOCBM, conforme parágrafo anterior. Por não se tratar de alteração da estrutura organizacional do CBM, entendemos não ser necessária análise da SETIC, cuja a competência é:

Compete à Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC realizar a análise técnica e deliberação acerca das propostas de alteração de estruturas organizacionais, regimentos internos e/ou tabelas de cargos CDS e FG (pois refletem na conformação da estrutura), observando assim o disposto no artigo 114-A, incisos XVII e XVIII da Lei Complementar nº 965, de 2017, in verbis:

XVII - definir diretrizes, metodologias e ferramentas de gestão de processos, dimensionamento da força de trabalho, modernização administrativa, inovação pública, organização, sistemas e métodos, podendo prestar consultoria de viabilidade de projeto;

XVIII - estabelecer diretrizes técnicas, orientar, monitorar e deliberar sobre as propostas de criação e estruturação organizacional da Administração Direta, autárquica e fundacional;



Já quanto ao Item 6, em que pese a concordância com a necessidade de atualização do cálculo atuarial, frisamos que não se vislumbra a realização de concurso público de maneira imediata, haja vista as limitações legais incidentes sobre ano eleitoral.

Finalmente, quanto ao item 7, a sugestão efetuada é de competência da DITEL, conforme Art. 2º do Decreto n. 24.876, de 17 de março de 2020, in verbis:

Art. 2º A Diretoria Técnica Legislativa - DITEL da Casa Civil é o Órgão responsável pelo recebimento, análise e processamento das proposições de atos normativos dispostos no § 1º do art. 1º, bem como do recebimento e encaminhamento das informações prestadas pelo Poder Executivo Estadual, por intermédio de Indicações e Requerimentos Parlamentares.

4.15. Feito os apontamentos necessários, passamos a análise dos efeitos da proposta.

4.16. De forma assertiva e pontual, a Gerência de Planejamento da SESDEC alertou quanto à necessidade de inclusão dos cálculos de impactos gerados pela Lei nº 5.322 de 01 de abril de 2022 (0029717628) vez que os novos oficiais farão jus ao recebimento do adicional de compensação orgânica.

4.17. À propósito, sobre o Adicional de Compensação Orgânica, destaca-se a sua previsão na Lei Ordinária nº 1.063/2022, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de Militares do Estado.

Art. 19. O Adicional de Compensação Orgânica, no valor correspondente a 8,081% (oito vírgula zero oitenta e um por cento) do soldo do Militar do Estado, é destinada a compensar os desgastes orgânicos consequentes dos danos psicossomáticos, resultantes do desempenho continuado das atividades especiais ou insalubres seguintes: (Redação dada pela Lei n. 2167, de 05/11/2009)

~~I - mergulho com escafandro ou aparelho;~~ (Revogado pela Lei nº 5.230, de 23/12/2021)

II - contato constante com substância tóxica ou radioativa; e

III - trabalho com adestramento e acompanhamento de animais.

1º Mesmo que exerça mais de uma atividade prevista neste artigo, o Militar do Estado somente fará jus à gratificação de uma delas.

§ 2º As atividades referidas neste artigo só poderão ser exercidas por Militar do Estado habilitado e legalmente designado.

§ 3º O Adicional de Compensação Orgânica decorrente da atividade regular de mergulho de segurança pública passa a reger-se por lei específica. (Acréscido pela Lei nº 5.230, de 23/12/2021)

4.18. Mais adiante, sobreveio a publicação da Lei nº 5230 de 23 de dezembro de 2021 que instituiu o Adicional de Compensação Orgânica, para militares do Estado de Rondônia que desenvolvam atividades de Mergulho de Segurança Pública, estabelecendo o pagamento da verba no percentual de 20% (vinte por cento) do soldo do posto ou graduação do militar que exerça atividades regulares de mergulho de segurança habilitados por meio de Curso de Mergulhador Autônomo - CMAut, limitando no percentual de 15% do total do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. Vejamos:

Art. 1º Fica instituído o Adicional de Compensação Orgânica, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do soldo do Posto ou Graduação do militar do estado de Rondônia destina-se a compensação dos desgastes orgânicos decorrentes de atividades regulares de Mergulho de Segurança Pública por militares habilitados por meio de Curso de Mergulhador Autônomo - CMAut ofertado por qualquer organização militar, e desde que formalmente designados para o exercício de tais atribuições.

4.19. Ato contínuo, restou editada a Lei nº 5322 de 01 de abril de 2022, que instituiu, no âmbito da Secretaria de Estado, Defesa e Cidadania - SESDEC, o Adicional de Compensação Orgânica, para os militares, e a Gratificação de Habilitação Profissional, para os policiais civis, que exerçam as funções de Piloto e Operador Aerotático, na Aviação de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

4.20. O valor do adicional para os militares que exerçam a função de PILOTO foi fixado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), limitando-se a concessão em até 2% (dois por cento) do total efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. Vejamos:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, o Adicional de Compensação Orgânica, para os militares, e a Gratificação de Habilitação Profissional, para os policiais civis, que exerçam as funções de Piloto e Operador Aerotático na Aviação de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

Art. 2º O Adicional de Compensação Orgânica e a Gratificação de Habilitação Profissional, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), tendo como indexador o percentual correspondente ao aumento geral do setor público, destina-se a compensar o desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades a bordo de aeronaves, em razão da exposição a níveis críticos de vibração, ruído e variação abrupta do gradiente de pressão atmosférica.

(...)

Art. 4º O adicional de compensação orgânica fica limitado a:

I - 0,7% (sete décimos por cento) do total do efetivo da Polícia Militar, devido aos policiais militares; e

II - 2% (dois por cento) do total do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar, devido aos bombeiros militares. (Acréscido pela Lei nº 5.230, de 23/12/2021)

4.21. E, aqui, cabe um parêntese para salientar que o processo de tramitação da minuta do projeto de lei encaminhada à Assembleia Legislativa não foi submetido ao crivo da Procuradoria Geral do Estado, conforme se verifica dos autos SEI nº 0005.017778/2018-45.

4.22. Denota-se que para fins de demonstrativo do impacto orçamentário, a Gerência de Planejamento da SESDEC apresentou planilha com o quantitativo dos militares e o montante total da despesa para os exercícios de 2022, 2023 e 2024. Vejamos:

PLANILHA

Planilha de implantação de Adicional de Compensação Orgânica.

Corporação	Função	Quantidade	Valor Unitário	Sub total Mensal	Total Anual
Polícia Militar	Piloto	03 (três)	R\$ 2.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 99.975,00
Polícia Militar	Operador Aerotático	07 (sete)	R\$ 2.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 233.275,00
Bombeiro Militar	Piloto	06 (seis)	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00	R\$ 199.950,00
Bombeiro Militar	Operador Aerotático	09 (nove)	R\$ 2.500,00	R\$ 22.500,00	R\$ 299.925,00
Polícia Civil	Piloto	02 (dois)	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 66.650,00
Polícia Civil	Operador Aerotático	02 (dois)	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 66.650,00
Total:				R\$ 72.500,00	R\$ 966.425,00



IMPACTO NA FOLHA DE PAGAMENTO		
2022	2023	2024
R\$ 652.500,00	R\$ 966.425,00	R\$ 966.425,00

4.23. De fácil percepção que a estimativa da lei para os gastos com os PILOTOS BOMBEIROS MILITARES é de R\$ 199.950,00 (cento e noventa e nove mil novecentos e cinquenta reais), visto que a projeção foi elaborada com base no efetivo de piloto BM existente à época, qual seja, 06 PILOTOS MILITARES e 09 (NOVE) OPERADORES AEROTÁTICOS.

4.24. A proposta sob análise visa incluir Oficiais Aviadores no Quadro Complementar de Oficiais BM, o que, claramente, ensejará aumento de despesa de caráter continuado, visto que sequer havia previsão orçamentária na edição da lei que estabeleceu o pagamento do adicional de compensação orgânica aos pilotos militares.

4.25. Além disso, em razão da impossibilidade de acumulação de adicionais mesmo que por atividade diversa, previsto no art. 6º da Lei nº 5.322/2022 e no §1º do art. 19 da Lei nº 1.063/2002, os militares passaram a fazer opção do adicional mais benéfico.

4.26. Em pesquisa realizada por esta procuradoria setorial, foi possível presumir que em alguns casos, os militares que exercem a função de piloto e que finalizam o curso de mergulhador autônomo, podem fazer a opção para a receber o percentual decorrente da Lei nº 5.230/2021.

4.27. A despeito disso, em consulta ao sistema GOVERNA, verifica-se a implementação do adicional de compensação orgânica de mergulhador à militar exerce a função de piloto, conforme demonstrado pela ficha financeira abaixo, cuja identidade do militar é preservada em respeito à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, senão vejamos:

Funcionário

Cargo: Ten Coronel

Admitido

330 - BOMBEIRO MILITAR

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13º Sal	Total
0014 DIF REPRESENTAÇÃO CDS					10.796,22									10.796,22
0017 SOLDO PM/BM	14.262,88	15.925,19	16.562,20	16.562,20	16.562,20	16.562,20								96.456,87
0217 DIFERENÇA DE PROMOÇÃO	401,94													401,94
0285 COMPENSAÇÃO ORGÂNICA/MERGULHADOR BM	2.656,54	3.185,04	3.312,44	3.312,44	3.312,44	3.312,44								19.291,34
0634 ETAPA DE ALIMENTAÇÃO PM/BM	272,70	304,06	316,23	316,23	316,23	316,23								1.841,68
0660 FARDAMENTO PM/BM	394,07	439,39	456,96	456,96	456,96	456,96								2.661,30
0679 ADICIONAL DE FORMAÇÃO ADAPT. OU HAB.	1.799,62	2.006,57	2.086,84	2.086,84	2.086,84	2.086,84								12.153,55
1721 REPRESENTAÇÃO CDS-10					5.165,13	5.165,13								10.330,26
2260 AUXÍLIO SAÚDE CONDICIONAL	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00								900,00
4992 INDENIZATÓRIA COVID-19	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00								1.800,00
5519 REPOSIÇÃO CDS INDEVIDO		380,64	380,64	380,64	380,64	380,64								1.503,20
5601 ESTORNO (TETO REMUNERAÇÃO)					1.804,36	1.804,36								3.608,72
6003 IMPOSTO DE RENDA	3.187,83	4.315,31	4.526,88	4.526,88	8.420,05	5.451,09								30.428,04
6019 PREVIDÊNCIA RPSM	1.730,84	1.882,83	1.958,14	1.958,14	1.958,14	1.958,14								11.446,23
6668 ACSMR - MENSALIDADE	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00								180,00
7285 PLURAL GESTÃO EM PLANOS DE SAÚDE	330,07	330,07	330,07	330,07	325,16	325,16								1.970,60
9991 - TOTAL DE PROVENTOS	20.457,55	22.310,25	23.184,67	23.184,67	39.146,02	28.049,80								156.332,93
9992 - TOTAL DE DESCONTOS	5.278,74	6.938,85	7.225,73	7.225,73	12.916,35	9.949,39								49.536,79
9993 - BASE DE CÁLC. IRRF	14.753,40	18.853,33	19.622,70	19.622,70	33.779,89	22.983,47								129.815,29
9995 - BASE DE CÁLC. OUTRAS PREVIDÊNCIAS	16.484,24	17.931,76	18.649,04	18.649,04	18.649,04	18.649,04								109.072,16
9996 - BASE DE CÁLC. FGTS														
9997 - VALOR DEP. FGTS														
9998 - TOTAL LÍQUIDO	15.178,81	15.371,40	15.958,94	15.958,94	26.227,67	18.100,41								106.796,17

4.28. Tal circunstância reforça o argumento de que os efeitos da proposta por ocasião de sua publicação acarretará em aumento de despesas não previstas, considerando a hipótese de concessão do adicional de compensação orgânica aos novos oficiais militares.

4.29. Para melhor compreensão, destaca-se o seguinte quadro comparativo:

Dispositivo legal	Valor do adicional	Atividade
-------------------	--------------------	-----------



Art. 2º da Lei nº 5.322/2022	R\$ 2.500,00	Militares que exercem a função de Piloto e Operador Aerotático
Art. 1º da Lei nº 5.230/2021	20% do soldo do Posto ou Graduação do militar	Militares que exerçam atividades regulares de Mergulho de Segurança
Inciso II, III do art. 19 da Lei nº 1063/2002	8,081% do soldo do militar	Militares que exerçam atividades com exposição à substância tóxica ou radioativa e trabalho com adestramento e acompanhamento de animais

4.30. Depõe-se rememorar que a modificação legislativa implicará futuramente na realização de concurso público para preenchimento dos cargos, sendo, portanto, necessária a atualização do cálculo atuarial e sua respectiva conferência pelos órgãos competentes.

4.31. À propósito, especificamente quanto aos efeitos futuros da proposta, impõe-se destacar o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

4.32. O dispositivo é claro ao dispor sobre a nulidade do ato que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores e em período posterior ao final do mandato do titular do Poder.

4.33. Logo, por óbvio, considerando o aumento de despesa que a minuta propõe, mostra-se inviável o seu prosseguimento no exercício de 2022. De outra via, sua pertinência caberia somente após o período eleitoral, logicamente, se acompanhada dos documentos exigidos nos incisos I e II do art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

4.34. Evidentemente, o não atendimento dos pressupostos acima destacados, implicará nas circunstâncias do art. 15 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.35. Lado outro, extrai-se do Ofício nº 8307/2022/CBM-ASLEG (0029771088) a informação de que o efetivo do Corpo de Bombeiros será mantido por ocasião da supressão do quadro de oficial e praça especialista, e, por isso, não haverá acréscimo de vagas no efetivo da Corporação.

4.36. Em compasso à assertiva, verifica-se na minuta a revogação das alíneas "d" e "e" do inciso I e alínea "b" do inciso II do Anexo único da Lei nº 4294/2018 e os itens 4 e 5 da alínea "a" do inciso I e §§ 4º, 5º e 7º do art. 53 da Lei nº 2.204, de 2018.

4.37. Por lógica, é de bom alvitre registrar a inviabilidade de preenchimento das vagas previstas nos quadros de Quadro de Oficial Capelão e Quadro de Oficiais Especialistas Músicos após a publicação da lei, visto a sua aplicação imediata.

4.38. Todavia, esta Procuradoria setorial divergentemente do posicionamento adotado pelo Corpo de Bombeiros, embora não haja contratação imediata de oficiais aviadores, entende por inevitável o envio dos autos à Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, considerando a finalidade de reestruturação organizacional.

4.39. Referido órgão detém competência para estabelecer diretrizes técnicas, orientar, monitorar e deliberar sobre as propostas de criação, estruturação organizacional da Administração Direta, tal como preconiza o inciso XVII do art. 114-A da Lei Complementar nº 965/2017.

4.40. Em que pese a inoccorrência de contratação imediata de Oficiais Aviadores por consequência da vedação eleitoral afeta ao caso, certo que para aferir a viabilidade da modificação legislativa no exercício seguinte (2023), necessário o cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que se refere à apresentação da declaração de adequação financeira emitida pelo ordenador de despesas da unidade orçamentária.

4.41. Do mesmo modo, necessário o envio à COGES.

4.42. Do exposto, não se verifica óbice à constitucionalidade material do projeto. Todavia, inviável o seu prosseguimento para o exercício de 2022, considerando as circunstâncias afetas à vedação eleitoral imposta no inciso II e III do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declaração de adequação orçamentária, análise técnica da SETIC, COGES e SEPOG.

5. DA VEDAÇÃO EM ANO ELEITORAL.

5.1. Há que se considerar a periodicidade eleitoral do presente ano, e com ela, as normativas e regramentos sobre as despesas públicas, inclusive no tocante às vedações. Capilarmente, o art. 73, §10º, da Lei 9.504/97 (Lei das eleições), dispõe que:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

5.2. Outrossim, aprovada pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Resolução nº 23.674/2021 disciplina o Calendário Eleitoral de 2022 com as principais datas a serem observadas pelos partidos e candidatos, trazendo a seguinte disciplina acerca do ano de 2022:

JANEIRO DE 2022

1º de janeiro - sábado

1. Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou às possíveis candidatas ou candidatos, para conhecimento público, ficam obrigadas a registrar no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), até 5 (cinco) dias antes da divulgação, para cada pesquisa, as informações previstas em lei e na Res.-TSE nº 23.600 /2019, que dispõe sobre pesquisas eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 33, caput e § 1º, e Res.-TSE nº 23.600, art. 2º).
2. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 10, Res.-TSE nº 23.610, art. 83, § 9º).
3. Data a partir da qual fica vedada a execução de programas sociais por entidade nominalmente vinculada a candidata ou candidato ou por este(a) mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/1997, art. 73, § 11 e Res.-TSE nº 23.610, art. 83, § 10).
4. Data a partir da qual é vedado realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/1997, art. 73, VIII).

(...)

ABRIL DE 2022

5 de abril - terça-feira

(180 dias antes)

1. Último dia para o órgão de direção nacional do partido político ou da federação publicar, no Diário Oficial da União, as normas para a escolha e substituição de candidatas e candidatos e para a formação de coligações, na hipótese de omissão do estatuto, encaminhando-as ao Tribunal Superior Eleitoral antes da realização das convenções, para fins de divulgação no sítio eletrônico da Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 1º e Res.-TSE nº 23.609 art. 3º § 3º e art. 6º, § 4º, I).
2. Data a partir da qual, até a posse das eleitas e dos eleitos, é vedado aos(as) agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração das servidoras e dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/1997, art. 73, VIII; Res.-TSE nº 22.252/2006 e Res.-TSE nº 23.610, art. 83, VIII).

(...)

JULHO DE 2022

2 de julho - sábado

(3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos(as) agentes públicos(as), servidores(as) ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatas e candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/1997, art. 73, V e VI, e Res.-TSE nº 23.610, art. 83):

I - nomear, contratar ou, de qualquer forma, admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens, ou, por outros meios, dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidora ou servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse das eleitas e dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

- a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) nomeação das aprovadas e dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2022;
- d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e
- e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

I - realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, bem como os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

5.3. A Lei Federal nº 9.504/1997 proíbe nomeação ou contratação dos servidores públicos no últimos três meses que antecedem a eleição, vejamos o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral - TSE:

"[...] Prefeito e vice. [...] Conduta vedada a agente público. [...] 5. Houve acréscimo de 181 servidores temporários no Município entre fevereiro e agosto de 2016, com considerável aumento de despesas, sendo que um terço dessas contratações ocorreu no último dia anterior ao período vedado do art. 73, V, da Lei 9.504/97. A falta de plausibilidade dos motivos apresentados para o excesso de admissões foi detalhadamente exposta no aresto *a quo*. 6. É incontroversa, ademais, a contratação de 22 servidores no período vedado pelo dispositivo em comento. [...]"

(Ac. de 10.10.2019 no AgR-REspe nº 31222, rel. Min. Jorge Mussi.)

"[...] Prefeito e vice. [...] Conduta vedada. Art. 73, V, da Lei 9.504/97. Contrato temporário. Período defeso. [...] 1. Na decisão monocrática, restabeleceu-se sentença em que se reconheceu a prática de conduta vedada pelos agravantes - reeleitos ao cargo majoritário [...] consistente em contratações de seis funcionários por tempo determinado no período crítico, não albergadas pela ressalva do art. 73, V, d, da Lei 9.504/97, impondo-se, em consequência, multa individual [...] 3. A teor do entendimento desta Corte, conceitua-se como serviço público essencial, para os fins do art. 73, V, d, da Lei 9.504/97, aquele de natureza emergencial, umbilicalmente ligado à sobrevivência, à saúde ou à segurança da população. Interpretação em sentido diverso esvaziaria o comando legal e permitiria o uso da máquina pública em benefício de candidaturas. 4. No caso, apesar de as contratações estarem ligadas à Secretaria Municipal de Saúde, não se verifica o caráter essencial quanto aos cargos de auxiliar de serviços gerais e de agente de vigilância ambiental (prevenção e controle de fatores de risco ambiental). 5. A simples circunstância de os cargos estarem lotados na Secretaria Municipal de Saúde não lhes confere, *ipso facto*, a inescusável premência a que alude o referido dispositivo, sendo forçoso reconhecer a ilicitude das contratações na espécie [...]"

(Ac. de 11.4.2019 no AgR-REspe nº 101261, rel. Min. Jorge Mussi.)

5.4. O art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê as seguintes restrições, vejamos:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, **com quaisquer espécies remuneratórias**, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

.....

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela

Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)



5.5. No presente caso, considerando o aumento de despesa de caráter continuado no período afeto às vedações eleitorais previstas no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, inviável o prosseguimento da minuta no exercício de 2022, havendo possibilidade de publicação no exercício seguinte, somente se houver o cumprimento das diligências apontadas no tópico anterior, especialmente estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declaração de adequação financeira.

6. CONCLUSÃO.

6.1. Diante do exposto, a Procuradoria Geral do Estado **pela constitucionalidade** da minuta projeto de lei 0029843711, todavia, **inviável o seu prosseguimento** no exercício de 2022, em razão do aumento de despesas com pessoal afeto à vedação eleitoral prevista no inciso II e III do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.2. Caso haja prosseguimento do feito, necessária a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declaração de adequação orçamentária, análise técnica da SETIC, COGES e SEPOG, nos termos do inciso I, do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.3. Submeto o presente à apreciação superior, nos termos do art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011, por não encontrarem-se nas hipóteses de dispensa de aprovação previstas na Portaria nº 136, de 09 de fevereiro de 2021 (0016126663), bem como na Resolução nº 08/2019/PGE/RO (0017606188).

6.4. Considerando a tramitação referida no item anterior, a consulente deverá abster-se de inserir movimentação neste processo administrativo, aguardando a apreciação pela unidade PGE-GAB ou PGE-ASSESGAB, que (i) aporá no presente parecer a assinatura do Excelentíssimo Senhor **MAXWEL MOTA DE ANDRADE**, Procurador-Geral do Estado, ou do Excelentíssimo Senhor **TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA**, Procurador-Geral do Estado Adjunto, ou (ii) juntará manifestação em separado.

NAIR ORTEGA R S BONFIM

Procuradora do Estado

Procuradoria setorial junto à Casa Civil

Portaria nº 1106 de 22 de dezembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **NAIR ORTEGA REZENDE DOS SANTOS BONFIM**, Procurador do Estado, em 07/07/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do **Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.sei), informando o código verificador **0030197518** e o código CRC **E0CF8F1C**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Contabilidade Geral do Estado - COGES



Ofício nº 633/2023/COGES-CIFC

A Senhora

ELLEN REIS ARAÚJO

Diretora Técnica-Legislativa

NESTA

Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**

Senhora Diretora,

1. Ao cumprimentá-la, em atenção ao **Despacho CASACIVIL-DITELGAB (0035604991)**, o qual solicita reanálise, tendo em vista a planilha de retificação (0035163690) e a estimativa de impacto orçamentário-financeiro (0035414009), servimo-nos do presente para nos manifestar.
2. Considerando a manifestação da Secretaria de Planejamento na Informação nº 282/2022/SEPOG-GPG (0029588689):

Considerando as informações apresentadas no Ofício nº 6957/2022/CBM-CPDGP (0029100496) e na Minuta de Projeto de Lei (0029014754), após os cálculos preliminares com as informações constantes nos documentos, **não foi identificado** um aumento de despesa de caráter continuado para o Estado, visto que a partir dos autos fora possível compreender que trata-se apenas de alteração legislativa, e que **não haverá preenchimentos dos cargos de imediato**, passo em que quando houver essa necessidade deverá ser instruído novos autos com a devida propositura, parecer atuarial e requisitos dos artigos 15, 16, 17, 18 e 21 da LRF.

3. Considerando a manifestação do Corpo de Bombeiro no Ofício nº 16381/2022/CBM-ASLEG (0033971520):

Com extensos cumprimentos, e em atenção ao Despacho (0030591623) informo-vos que após análise minuciosa das apontamentos realizados pela **Douta Procuradoria Geral do Estado de Rondônia** no **Parecer nº 336/2022/PGE-CASACIVIL** (0030197518), este subscritor reitera os argumentos elencados no **Ofício nº 6957/2022/CBM-CPDGP** (0029100496) e **Ofício nº 8307/2022/CBM-ASLEG** (0029771088) em respaldo da propositura de alteração legislativa em epígrafe, corroborando com as justificativas consignadas na **Informação nº 282/2022/SEPOG-GPG** (0029588689) enfatizando que trata-se apenas de alteração legislativa, e que **não haverá preenchimentos dos cargos de imediato, logo, não haverá um aumento de despesa de caráter continuado** para o Estado de Rondônia.

4. Ademais, o Corpo de Bombeiro se manifestou nos Ofício nº 8307/2022/CBM-ASLEG (0029771088), Ofício nº 128/2023/CBM-ASLEG (0034855040) e Ofício nº 803/2023/CBM-ASLEG (0035168049):

Já quanto ao item 6, em que pese a concordância com a necessidade de atualização do cálculo atuarial, frisamos que não se vislumbra a realização de concurso público de maneira imediata, haja vista as limitações legais incidentes sobre ano eleitoral. (Ofício nº 8307/2022/CBM-ASLEG (0029771088))

Considerando que os cálculos de impacto orçamentário-financeiro pendentes nestes autos, foram devidamente anexados (Planilha 0034415913; Planilha 0034457316). (Ofício nº 128/2023/CBM-ASLEG (0034855040))

Diante dessas considerações, solicito-vos nova manifestação desta Secretaria de Estado, após sanadas as pendências por parte desta Corporação. (Ofício nº 128/2023/CBM-ASLEG (0034855040))

Considerando as tratativas pertinentes ao prosseguimento do feito, solicito-vos que desconsidere a Planilha 0034415913 e Planilha 0034457316). (Ofício nº 803/2023/CBM-ASLEG (0035168049))

5. Diante dos fatos, após a análise dos documentos apresentados nos autos, demonstra-se que o processo trata-se apenas de alteração legislativa, e que não haverá a realização de concurso público de maneira imediata, logo, não haverá preenchimento dos cargos e aumento de despesa com pessoal.

6. No entanto, a unidade requerente anexou nos autos o **Cálculo de impacto orçamentário-financeiro (0034457316)** nos moldes da **Instruções Normativas nº 007/2022/COGES/GAB** e **nº008/2022/COGES/GAB**, e no Ofício nº 803/2023/CBM-ASLEG (0035168049) se manifestou solicitando a desconsideração da referida planilha.

7. Sendo assim, não ficou compreensível no processo se a unidade requerente está solicitando a análise do limite percentual da despesa com pessoal.

8. Portanto, em relação aos cenários apresentados acima, solicitamos a manifestação do Corpo de Bombeiro quanto aos seguintes questionamentos:

I - O processo se trata apenas de alteração legislativa sem impacto no limite da despesa com pessoal? Caso a resposta seja sim, desconsiderar os próximos questionamentos, pois cabe a esta Contabilidade Geral a manifestação apenas quanto ao limite percentual da despesa com pessoal para atender a alínea c, inciso II do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

II - Haverá preenchimento dos cargos para o exercício de 2023 (Concurso público)?

III - A unidade está solicitando a Análise de Despesa com pessoal? Caso a resposta seja sim, devemos considerar o **Cálculo de impacto orçamentário-financeiro (0034457316)**? Ou a unidade requerente irá disponibilizar uma planilha de **Cálculo de impacto orçamentário-financeiro atualizada** nos moldes da **Instruções Normativas nº 007/2022/COGES/GAB e nº008/2022/COGES/GAB**?



Portanto, caso o enquadramento seja apenas alteração legislativa sem impacto no limite da despesa com pessoal conforme o item I, os autos não precisam retornar a esta Contabilidade.

No mais, esta Contabilidade Geral do Estado permanece à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

DANIELE RAIANE RIBEIRO DA SILVA
Contadoria Central de Informações Fiscais e Contábeis

EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ
Diretoria de Normas e Acompanhamento Fiscal

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **JURANDIR CLAUDIO DADDA, Contador(a) Geral**, em 10/02/2023, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Raiane Ribeiro da Silva, Analista Contábil**, em 10/02/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Gomes de Paiva Sodre, Diretor(a)**, em 10/02/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0035733921** e o código CRC **557861EE**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM

Ofício nº 2306/2023/CBM-CP

A Senhora

ELLEN REIS ARAÚJO

Diretora Técnica-Legislativa

NESTA

Assunto: **Alteração de dispositivos da Lei n. 2.204/2009 e da Lei n. 4294/2018.**

Senhora Diretora,

Em resposta ao Ofício nº 603/2023/SEPOG-CPG id (0035710037), Ofício nº 633/2023/COGES-CIFC id (0035733921) e Informação nº 59/2023/SEPOG-GPG id (0035710037) informo a Vossa Senhoria que o processo em tela se trata apenas de alteração legislativa.

Com relação ao item 4 da Informação nº 59/2023/SEPOG-GPG id (0035652150) passo a fazer as seguintes considerações:

4.1. Informo que foi realizado a atualização da Minuta de Projeto de Lei id (0035812684), conforme Planilha id (0035163690) e Estudo Técnico id (0035414009);

4.2. O motivo do quantitativo de Cabos e Soldados serem apresentados de forma Conjunta na Planilha id (0035163690), deu-se devido as vagas previstas de Cabos e Soldados serem de forma conjunta conforme previsto no Anexo Único da Lei n. 4.294 de 06 de junho de 2018, e pelo fato de as vagas não estarem sendo ocupadas, logo utilizou-se com base de cálculo o Soldo de Soldado BM;

4.3. Atualmente os Quadros de Oficial Capelão, Oficial Especialista e Praças Especialistas não possuem nenhum Bombeiro Militar e o Quadro de Oficial Complementar possui apenas um Major Bombeiro Militar, sendo assim não haverá militares que farão jus a promoção a cargos inferiores;

Informo-vos ainda que foi realizado a atualização da Minuta de Projeto de Lei id (0035812684) e que devido ao processo tratar-se apenas de alteração legislativa não haverá impacto orçamentário-financeiro. Outrossim, o processo em questão tratar-se apenas de alteração legislativa sem impacto no limite da despesa com pessoal conforme o item I do Ofício 633 (0035733921).

Atenciosamente,

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral do CBMRO



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 15/02/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



SEI nº 0035822828

